

377

TO LEGAL
O. FEV. 1976

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 23 (Nova Série) 6 de Dezembro de 1976 4\$00

1976

as prendas da burguesia e do seu governo:



AUMENTO DE PREÇOS



REPRESSÃO

documento distribuído
pela célula do MES
do Hospital de St.^a Maria

ano novo preços novos ...

Nestes primeiros dias de Janeiro estão já bem claros aos olhos dos trabalhadores os projectos que a burguesia tem para este novo ano. Com cunho bem «democrático», assentam em três princípios fundamentais: **exploração, fome e repressão**.

A suspensão da contratação colectiva, a prisão dos oficiais revolucionários, os acontecimentos de Caxias e Custóias na passagem do ano são bem a consagração do novo regime que pretende «criar bases sólidas para a construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo». (discurso de Ano Novo do Presidente Costa Gomes).

«Ao longo de quase

dois anos de revolução (sic), nem sempre houve inteligência e argúcia para encontrar soluções ajustadas, nem coragem para decretar as medidas de austeridade que a crise já aconselhava» (do mesmo discurso). Desta vez, no entanto, parece que não faltou inteligência nem argúcia para fazer pagar à classe operária e aos trabalhadores o preço da crise; parece que foi encontrada, não a coragem, mas a força suficiente para poder impôr as tais medidas de «austeridade» que os órgãos de Informação ao serviço da burguesia consideram um global aumento do custo de vida, não percebendo (ou não querendo perceber) que uma coisa é o aumento do preço dos artigos de

luxo e outra o dos de primeira necessidade; uma coisa é a «bica» e outra o pão para a boca, as batatas, o arroz, a carne, os ovos, o peixe. E, ao abrigo da propaganda, se faz os primeiros aumentos, esquecem-se os segundos que vão engordar a grande burguesia que nenhuns sacrifícios faz ao pagar mais caro a gasolina.

A gasolina subiu para 17\$50 e os transportes públicos aumentaram para o dobro, mas vão atingir os trabalhadores que se servem de uma e de outros como instrumento de trabalho, e não a burguesia capitalista que aguenta perfeitamente este aumento do custo de vida e só tem a lucrar com ele porque sempre ganhou mais do que pre-

cisa e dispõe agora de condições para aumentar a exploração, compensando largamente o pouco mais que é obrigada a gastar.

Mesmo o aumento do preço da gasolina que parece só atingir os que têm carro pesa a todo o povo, quer por ser necessária para o funcionamento das máquinas quer para o transporte de mercadorias, o que vai aumentar muito o custo dos produtos.

O aumento dos ordenados que parecia razoável foi à muito ultrapassado por esta subida do custo de vida.

Dizem-nos que «a recuperação da economia e a revolução cultural (?) vão exigir dos portugueses sacrifícios concre-

tos. Desejamos que a vontade férrea dos nossos trabalhadores e estudantes de todas as actividades as torne possíveis» (citado discurso de Costa Gomes).

Mas que sacrifícios são estes que só são pedidos aos trabalhadores que sempre foram explorados e oprimidos?

Medidas socializantes de austeridade económica seriam, por exemplo, aumentar os impostos da burguesia, o custo dos produtos por ela consumidos, o preço dos restaurantes e espectáculos por ela frequentados, dos carros de luxo baixando o dos utilitários.

A «vontade férrea» dos trabalhadores e dos estudantes dirá **não** a esta «recuperação da eco-

nomia» burguesa. É que eles compreenderam definitivamente que é impossível levar o bem estar a todo o povo num sistema que está feito para dar lucros a uns à custa da miséria e do trabalho dos outros.

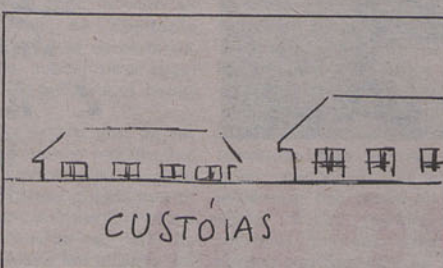
Por tudo isto, sempre dissemos que só quando os trabalhadores tomarem o poder poderão resolver os seus problemas acabando de uma vez para sempre a exploração, a fome e a repressão.

Sempre dissemos que a opção é Socialismo ou Fascismo. É, pois, necessário que os trabalhadores sempre explorados se organizem para resistir ao Fascismo e lutar pela construção da Sociedade Socialista.

... antes do "25 Nov"



... depois do "25 Nov"



MES — MOVIMENTO COMUNISTA

reuniu o Conselho Político nacional

Reuniu no dia 4 de Janeiro de 1976 em Lisboa, o Conselho Político Nacional do MES.

O Conselho tomou conhecimento das manobras de fracção em curso contra o MES, analisou os seus objectivos, que visam enfraquecer o Movimento, repudiou estas manobras, acentuando que o combate contra as mesmas impõe a sua clara distinção das divergências de opinião sempre existentes no seio de uma organização revolucionária empenhada na luta de massas e decidiu desenvolver desde já um combate implacável contra todas as manobras que visem minar a unidade da organização para o que tomou as medidas consideradas adequadas.

O Conselho aprovou uma resolução em que se atribui importância decisiva às actuações positivas que conduzam ao fortalecimento partidário do MES, como organização comunista de vanguarda, preparada organizativa e politicamente para enfrentar em todos os aspectos a nova fase da luta da classe operária e do povo contra o novo poder burguês e a ameaça do fascismo.

Assim, o Conselho aprovou o plano de trabalho para a preparação do II Congresso apresentado pela Comissão Política Nacional e marcou as datas de 13, 14 e 15 de Fevereiro para as suas sessões finais.

Lisboa, 5 de Janeiro de 1976

Secretariado da CPN do MES

A LUTA CONTINUA!

Poder Popular

A CRISE as mentiras dos burgueses não enganam os trabalhadores

Num início de ano novo marcado pela repressão violenta e falinhas mansas e engratadas dos burgueses (tão parecidas com as dos tempos de Caetano) os trabalhadores portugueses interrogam-se e preocupam-se.

Interrogam-se, embora muitos saibam já a resposta, sobre as razões de uma crise económica de que tantos falam e tão poucos ou nenhuns explicam.

Preocupam-se porque o futuro do nosso povo está ameaçado claramente pelas garras do fascismo.

As interrogações e preocupações dos trabalhadores da nossa pátria, nós, os revolucionários temos

portugueses da concorrência dos estrangeiros. Pela repressão manteve os salários sempre muito baixos e assegurou durante dezenas de anos o trabalho quase forçado dos povos das colónias. Pelas medidas de protecção ao mercado interno, impediu que os capitalistas estrangeiros invadissem os mercados portugueses e coloniais com as suas mercadorias. Assim engordavam tranquilamente à sombra da GNR e da PIDE, e do exército colonial, os capitalistas portugueses!

Ora este paraíso dos exploradores entrou a certa altura em crise.

Os povos das colónias foram tomando consciência do roubo que sofriam e encetaram a luta

que o 25 de Novembro e os seus vencedores não destruíram é a nova consciência de classe dos trabalhadores portugueses. O socialismo não é palavra vã! Os trabalhadores portugueses aprenderam na prática a distinguir o socialismo que é o seu poder sobre a nação, do falso socialismo de que falam os vencedores do 25 de Novembro.

Não percam tempo senhores ministros e conselheiros da contra-revolução!

O vosso socialismo «com propriedade privada, lucros e salários de fome» não enganam os trabalhadores portugueses!

As vossas palavras bonitas sobre a liberdade e democracia não os enganarão. Os ministros, os conselheiros da contra-revolução mentem descaradamente porque falam de liberdade e a GNR e os Comandos do assassino Jaime Neves reprimem o povo.

A denúncia destas mentiras e da vossa política, senhores ministros e conselheiros da contra-revolução, nós, os revolucionários não nos cansaremos de a fazer. **Disso podem estar certos!**

Os sacrifícios que querem impor aos trabalhadores para que os capitalistas possam voltar a engordar tranquilamente, à sombra das vossas baionetas não os aceitarão o povo trabalhador e os revolucionários. Organizados e unidos defenderemos palmo a palmo as nossas conquistas, combateremos as vossas mentiras e a vossa violência, para que o fascismo não regresse à nossa pátria, e o socialismo venha a ser uma realidade na nossa terra!



de dar respostas claras e perspectivas de luta adequadas, sem o que não seríamos revolucionários nem teríamos sequer o direito de dirigir a palavra aos explorados e oprimidos.

As razões da crise económica! Por mais que disfarçem em palavras que ninguém entende, os lacaios do patronato que agora reocuparam os lugares nos jornais e na rádio, não esconderão nunca a verdadeira natureza dessa crise. A crise económica em Portugal é a crise de um sistema assente na exploração da grande massa de produtores por um punhado de capitalistas. Esta crise não existe só em Portugal. Atinge todos os poros do mundo capitalista. É que o capitalismo é um regime de produção que há muito entrou em crise. As razões dessa crise estão em que tal regime não consegue impedir que se desenvolvam no seu seio contradições visto que assenta numa relação de exploração. Qual o «segredo» disto? Nos países capitalistas os donos das fábricas e das terras cultivadas vivem do que os trabalhadores produzem para além do necessário à sua própria subsistência.

Mas para realizarem os «seus» lucros, os capitalistas enfrentam um problema muito grande: a concorrência que eles fazem entre si. O fascismo em Portugal serviu sobretudo para proteger os capitalistas

pela libertação da sua pátria. E o povo trabalhador em Portugal apesar de toda a repressão, cada vez mais se revoltava contra a exploração desesperada. O processo do 25 de Abril, fruto dessa revolta e da consciência que dela tomavam alguns dos oficiais do exército, foi um primeiro grande combate do povo trabalhador contra os seus exploradores.

E nesse combate os trabalhadores portugueses descobriram também muitas coisas interessantes!...

Que eram capazes de organizar a produção em bases novas, cooperando entre si sem que ninguém os explorasse — que o digam os proletários do Alentejo e as suas herdades colectivas!

Que podiam distribuir a sua produção sem dar lucros fabulosos aos intermediários — que o digam os trabalhadores de Setúbal que têm cooperado com os do Alentejo na distribuição directa de algumas produções!

Dois pequenos exemplos que ilustram a grande descoberta do povo trabalhador: a economia pode ser posta ao serviço dos trabalhadores e a produção organizada sem ser para o lucro de meia dúzia e a miséria da maioria!

A conspiração e a traição dos inimigos do povo venceram em 25 de Novembro que destruiu algumas conquistas fundamentais da luta popular. Mas o



Poder Popular

6 meses 100\$ 00

12 meses 200\$ 00

apoi 400 \$ 00

estrangeiro Europa 500\$ 00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

jornal semanal — todas as 4.ª feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração — Redacção
Av. D. Carlos I, 128, Lisboa
telefone 66 26 82

Composição e impressão
Renascença Gráfica, S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 — Ithos

25 Abril-25 Novembro



LUTA OPERÁRIA (2.ª parte)

Ao avanço da ofensiva operária dos primeiros meses pós-25 de Abril, respondeu a burguesia com os golpes de Palma Carlos e 28 de Setembro e com a sabotagem da economia, os despedimentos e o agravamento da crise económica.

O plano da burguesia era só um: **provocar o agravamento da crise económica, antes de estarem criadas condições para uma saída revolucionária ao nível político.**

«Os sectores mais atingidos pela crise económica e onde os despedimentos maiores proporções têm atingido, são fundamentalmente: os **textéis, o material eléctrico e a construção civil.** Para além destes sectores, têm sido as empresas multinacionais ou dominadas pelo capital estrangeiro e aquelas empresas que apenas podiam subsistir à custa de salários de fome praticados antes do 25 de Abril, que mais têm contribuído para o engrossar do exército de desempregados». (1)

Na explosão da luta operária pós 25 de Abril, os sectores de vanguarda, cujo isolamento foi tentado quer pelas forças de direita quer pelos reformistas do PCP, ganham a consciência que para combater a burguesia era preciso passar da unidade dos trabalhadores numa fábrica para a unidade de classe e combater firmemente as perspectivas divisionistas e conciliadoras do PCP.

«Os trabalhadores da Lisnave apoiam os camaradas da Apleid, Sogantal, Construção Civil, Indústria Textil

Apoiam os camaradas da Siderurgia, do Jornal do Comércio, da Socel, da ENI.

Apoiam os camaradas da TAP na luta que travam pelo caderno reivindicativo.

Porque os trabalhadores da Lisnave sabem que a luta dos trabalhadores das outras fábricas e dos campos, contra a opressão, os despedimentos, o fecho das fábricas, a CALÚNIA, o saneamento, o fascismo, a exploração capitalista é a sua própria luta de todos os explorados e oprimidos contra os exploradores e opressores.

Repudiam:

A luta que quase todos os órgãos de informação travaram contra os trabalhadores.

Ao não divulgarem o conteúdo do nosso comunicado.

Ao referirem quase na íntegra, um comunicado (animado pela **célula do PCP da Lisnave/Margueira**) que afirma em certo parágrafo: «camaradas, os trabalhadores não se podem deixar arrastar por grupos que os levam para formas de luta que tentam arrastar os trabalhadores para posições que a administração deseja».

Este comunicado foi bem vindo por largos sectores de privilegiados dentro da empresa. Criou indecisões entre os trabalhadores da Rocha. Mas foi repudiado pela classe operária no seu conjunto como uma manobra clara». (2)



—Por outro lado os trabalhadores dos sectores de vanguarda e dos sectores

mais atingidos pela crise ganham consciência de que aos despedimentos colectivos e encerramentos de fábricas, não se pode responder somente com a afirmação de poder ao nível de fábrica com a auto-gestão.

«Auto-gestão não pode existir numa sociedade capitalista. O que pode acontecer é que quando os patrões encerram as empresas, procedem a despedimentos (isto é, quando se dá uma crise grave) aos trabalhadores, para se auto-defender dos seus interesses, só resta tomar conta da empresa (caso da LIP em França, e da Sogantal no Montijo), mas é sempre uma experiência limitada uma experiência que não pode durar muito, e não po-

de continuar porque toda a sociedade continua capitalista, porque continuam os patrões a ter o poder económico e político e assim, cedo ou tarde, os trabalhadores serão obrigados a vergar ou pela força do capital ou pela força ao serviço do capital» (3).

É nesta fase que a classe operária trava dois combates importantes:

O combate do plano económico Melo Antunes, plano de salvação do capitalismo e o combate da unidade sindical.

Estes dois combates dividem pela primeira vez aquilo que se chamava o sector das forças democráticas.

Face a estas duas questões formam-se dois blocos, um constituído por todas as forças capitalistas (Social-democracia, isto é PS incluído) e outros pelas forças operárias (reformistas e revolucionárias).

capital a pagar a sua própria crise.

Impõem-se, deste modo, medidas que ataquem os três sectores básicos de sustentação do poder económico da burguesia: o financeiro, o do comércio e o da produção.

Quanto ao sector financeiro, impõe-se:

a nacionalização da banca privada e das companhias de seguros.

Quanto ao sector da produção, impõe-se:

a nacionalização dos ramos fundamentais da indústria;

a nacionalização das empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos;

a expropriação dos latifúndios.

Quanto ao sector do comércio, impõe-se:

o controlo total do Estado sobre o comércio ex-

terno pela criação de uma empresa estatal englobando todas as existentes no sector;

o controlo total do Estado sobre o comércio exterior.

Impõem-se, deste modo, medidas que ataquem os três sectores básicos de sustentação do poder económico da burguesia: o financeiro, o do comércio e o da produção.

Quanto ao sector financeiro, impõe-se:

a nacionalização da banca privada e das companhias de seguros.

Quanto ao sector da produção, impõe-se:

a nacionalização dos ramos fundamentais da indústria;

a nacionalização das empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos;

a expropriação dos latifúndios.

Quanto ao sector do comércio, impõe-se:

o controlo total do Estado sobre o comércio ex-

terno pela criação de uma empresa estatal englobando todas as existentes no sector;

o controlo total do Estado sobre o comércio exterior.

Impõem-se, deste modo, medidas que ataquem os três sectores básicos de sustentação do poder económico da burguesia: o financeiro, o do comércio e o da produção.

Quanto ao sector financeiro, impõe-se:

a nacionalização da banca privada e das companhias de seguros.

Quanto ao sector da produção, impõe-se:

a nacionalização dos ramos fundamentais da indústria;

a nacionalização das empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos;

a expropriação dos latifúndios.

Quanto ao sector do comércio, impõe-se:

o controlo total do Estado sobre o comércio ex-

terno pela criação de uma empresa estatal englobando todas as existentes no sector;

o controlo total do Estado sobre o comércio exterior.

Impõem-se, deste modo, medidas que ataquem os três sectores básicos de sustentação do poder económico da burguesia: o financeiro, o do comércio e o da produção.

Quanto ao sector financeiro, impõe-se:

a nacionalização da banca privada e das companhias de seguros.

Quanto ao sector da produção, impõe-se:

a nacionalização dos ramos fundamentais da indústria;

a nacionalização das empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos;

a expropriação dos latifúndios.

pela unicidade sindical, mas não só, já que o que interessa fundamentalmente é a construção da **unidade revolucionária da classe operária e dos seus aliados.** Não basta, pois, lutar pela unicidade sindical, é **fundamental lutar pela democracia interna e pelo apartidarismo dos sindicatos, lutar por um verdadeiro sindicalismo de classe.** (6)

Face à questão sindical o MES defendendo a unicidade sindical, combateu a linha do PCP que dentro dos sindicatos impedia o seu funcionamento democrático.

«A defesa da unicidade sindical é, portanto, o primeiro passo no combate decisivo que há a travar no terreno sindical. Defender hoje, não apenas a unicidade sindical na lei, mas também normas que garantam a democracia interna dos sindicatos, é defender a construção de um verdadeiro sindicalismo de classe, onde a unicidade sindical é uma componente da unidade que interessa construir, a **unidade revolucionária da classe operária e dos seus aliados na luta pelo Socialismo.** Unidade que não se confunde com unicidade, nem é garantida por esta, antes se constrói na prática da luta quotidiana contra a exploração e a opressão» (7)

O MES combateu também os desvios esquerdistas das chamadas organizações «marxistas-leninistas», que temendo confundir-se com o PCP se recusaram a defender a unicidade sindical, fazendo assim o jogo do inimigo e se recusaram a dar combate ao PCP no principal campo onde este combate se deve travar. **O campo da luta de massas.**

NOTAS:

(1) texto MES — Novembro/74.

(2) 2.º Comunicado dos trabalhadores da Lisnave à população — aprovado em assembleia dos trabalhadores da Lisnave 21/9/74.

(3) Comités Operários de Base da TAP. 25/7/74

(4) Exposição CPN — encerramento Congresso — Dez. 74

(5) Esquerda Socialista 12/2/75.

(6) Esquerda Socialista 14/1/75

(7) Esquerda Socialista 21/1/75

COMITÉ RUSSEL

O **Comité Russell para Portugal** reuniu-se em Paris, a 13 de Dezembro, sob a direcção de Audrey Wise, membro do Parlamento britânico, e de Claude Bourdet.

Audrey Wise era portadora de uma mensagem dirigida ao Comité por 11 membros do Parlamento Britânico, que requeriam a especial atenção do Comité, face aos recentes acontecimentos em Portugal, para a defesa das organizações do poder popular e da Reforma Agrária, e para a protecção das liberdades políticas; a mensagem acentuava igualmente a gravidade da situação em Angola e em Timor, a necessidade de apoiarem o M.P.L.A. e a Fretilin, e de se oporem à agressão sul-africana e indonésia.

Após um largo debate, onde os jornalistas chegados de Portugal, e os representantes da esquerda portuguesa expuseram detalhadamente a situação em Portugal e os acontecimentos de 25 de Novembro, o **Comité tomou as seguintes resoluções:**

sobre Portugal

Através das suas operações armadas, planificadas e coordenadas de 25-26 de Novembro, a direita portuguesa reforçou grandemente a sua posição dentro do aparelho militar, o que põe em grande perigo as conquistas do processo revolucionário e, em particular, a própria existência de numerosos órgãos de democracia directa (comissões de trabalhadores, de camponeses, de bairro, comités de soldados, etc...).

No objectivo de examinar a amplitude, as condições, as consequências e as implicações desta repressão, o Comité Russell decide nomear uma comissão especial para investigar os atentados contra as liberdades. **Esta comissão dirige-se a Portugal para:**

- determinar o número dos presos políticos entre os socialistas e os militares de esquerda, bem como os motivos por que foram presos e as condições em que se encontram como presos;
- encontrar os dirigentes revolucionários do Exército que estejam sob captura;
- examinar as actuais medidas de censura na Informação e na Imprensa;
- fazer um relatório sobre todas estas questões ao Comité Russell e à Imprensa mundial.

O Comité decide também enviar a Portugal duas comissões de inquérito à presente situação da Reforma Agrária e seus limites, bem como sobre o desenvolvimento do controlo operário na economia portuguesa. O Comité apela para uma assistência financeira no sentido de permitir que estas comissões venham aqui e possam transmitir os seus relatórios.

sobre Angola e Timor

O Comité Russell para Portugal declara a sua grave preocupação face à actual ofensiva das forças imperialistas nas antigas colónias portuguesas. Angola e Timor-Leste.

A intervenção das forças militares sul-africanas em Angola está actualmente bem definida. Simultaneamente a intervenção do Governo do Zaire e da C.I.A., através de múltiplas intrigas e de uma agressão directa, é igualmente evidente e aceite pela Imprensa mundial.

Há em Timor as mesmas causas para a intervenção indonésia que mostram a vontade da Indonésia em anexar a República Democrática de Timor-Leste ao serviço dos interesses políticos e económicos dos imperialismos dominantes.

O **Comité Russell** fundamentado numa série de elementos, está convencido de que os interesses nacionais de Angola e de Timor-Leste são representados por dois movimentos de libertação: o M.P.L.A. e a Fretilin. O Comité Russell apela para que todos os Governos membros da O.U.A. reconheçam o M.P.L.A., lhe dêem um apoio activo e sem reservas, e se oponham à intervenção em Angola das forças militares sul-africanas e seus aliados. O Comité apela para que todos os povos do Mundo intervenham imediatamente e de forma incisiva sobre os seus Governos e que façam pressão junto dos Comités da O.N.U., já destinados a investigar a intervenção indonésia em Timor, para que condenem esta agressão sem ambiguidades. O Comité apela para que todos os Governos reconheçam a R.D.P. de Timor-Leste e a Fretilin, como os legítimos representantes do povo de Timor-Leste e para que acabem com o auxílio à Indonésia enquanto as forças militares da Indonésia se mantiverem no território de Timor-Leste.

ESPAÑA depois da morte de Franco

Cumprido o primeiro mês depois da morte de Franco a situação espanhola sofreu algumas alterações que, no entanto, na maioria dos casos não passam por enquanto de projectos e declarações.

O desaparecimento do ditador sem que as classes dominantes tivessem conseguido, devido à pressão da ofensiva operária e popular, reformar o Estado fascista adaptando-o às novas necessidades da burguesia, levou a uma difícil situação em que as forças burguesas apareciam fortemente divididas, coisa que provocou grandes tensões nos primeiros dias da monarquia.

Com efeito, enquanto que os sectores mais ligados à **burguesia de Estado fascista** tentavam manter as estruturas sem modificar — aproveitando-se do seu domínio sobre o Conselho do Reino, órgão encarregado de propor novo presidente das Cortes e novo presidente do Governo, e dos restantes órgãos legislativos e executivos — outros sectores, que neste momento agrupavam a **grande maioria dos sectores da burguesia**, tentavam utilizar o novo rei para conseguir certas reformas. Neste segundo caso apareciam como blocos fundamentais a FEDISA (grupo Fraga) e a Plataforma de Convergência Democrática e, com maior ambiguidade a Junta Democrática, onde o PCE e o PTE não aceitavam uma orientação de princípio pró-monárquico, embora o PCE possa vir a aceitá-la depois de negociar algumas concessões.

Toda esta manobra atingiu o seu ponto culminante com a formação do primeiro governo da monarquia presidido formalmente pelo carrasco Arias Navarro, de maneira a neutralizar certos sectores mais à direita, mas onde domina plenamente a FEDISA de Fraga Iribarne, que é na realidade o verdadeiro Presidente do Governo.

Desta maneira, com a neutralização inicial das forças reformistas social-democratas e democrata-cristãs, à qual se seguirá a sua incorporação ao Governo seguida da quase certa neutralização do PCE que se limitará ao seu jogo de pequenas ameaças, a burguesia conseguiria a tão sonhada reconversão da forma de dominação fascista num regime autoritário de direita com certa fachada democrático-parlamentar, de maneira a aumentar a sua margem de manobra nacional — aumento da base social, etc. — e internacional — entrada na CEE, na NATO...

A única, mas fundamental, dificuldade para conseguir levar até ao fim este processo, é a **luta do proletariado e dos seus aliados** que, apesar de travados pelas forças reformistas e revisionistas, já mostraram a sua capacidade de luta nas jornadas de 11 e 16 de Dezembro durante as quais se mobilizaram perto de 1 milhão de trabalhadores, tanto em lutas de base económico-sindical — metálgicos e construção civil em Madrid — como directamente política — dia 11 na Catalunha.

O proletariado só poderá tirar partido da actual crise se for capaz de avançar no sentido da construção e defesa de um programa mínimo capaz de sustentar uma sólida aliança com o semi-proletariado, o campesinato pobre e sectores da pequena burguesia e, eventualmente, com sectores marginalizados da burguesia média, de maneira a criar um bloco que consiga a ruptura definitiva com o franquismo.

RESISTIR PARA VENCER

OVAR — a luta na F. Ramada

Em 22 de Dezembro, os trabalhadores da empresa F. Ramada decidiram, em plenário, abolir as avultadas gratificações anualmente distribuídas a administradores e empregados médios e superiores, e utilizar essas quantias (cerca de 4060 contos) para fins de interesse social dos tra-

balhadores (cantina, aquecimento, etc.). Igualmente decidiram dizer NÃO à atitude da administração de incluir as gratificações nos vencimentos dos habituais beneficiados.

Já antes do dia 22, os trabalhadores do Centro Mecanográfico da Empresa se tinham justamente

recusado, até o plenário de trabalhadores tomar posição, a dar seguimento à ordem da administração para integrar as gratificações nos vencimentos.

A administração, contrariando a decisão dos trabalhadores em plenário, confirmou a sua posição anterior. De novo os trabalhadores do Centro Mecanográfico votaram por unanimidade o não processamento dos vencimentos com gratificações.

Em resposta, a administração, numa atitude de chantagem e prepotência, decidiu não pagar aos trabalhadores os vencimentos de Dezembro, culpando do facto os trabalhadores do Centro Mecanográfico, **tentando assim pôr os trabalhadores contra trabalhadores.**

Imediatamente a Comissão de Trabalhadores e os Delegados Sindicais reuniram, informando da situação os trabalhadores, que paralisaram o

trabalho e discutiram o assunto, ao mesmo tempo que uma comissão foi apresentada à administração a posição dos trabalhadores.

Perante a firmeza e unidade dos trabalhadores, a administração recusou mandando pagar os vencimentos sem inclusão das gratificações.

Esta luta é importante e exemplar:

Representa a recusa das gratificações, meio que o patronato utiliza para dividir os traba-

lhadores e criar **fiéis laiaos** aos seus interesses de exploração e lucro;

Mostra que nada valem as chantagens e as tentativas de divisão se os trabalhadores estiverem unidos, organizados e dispostos à luta.

Revela a importância da **ligação permanente e estreita entre as Comissões de trabalhadores e os delegados sindicais e o conjunto de trabalhadores** que estes órgãos representam.

LIBERTAÇÃO IMEDIATA

A classe operária e o povo demonstraram nas grandes manifestações dos dias 31 de Dezembro e 1 de Janeiro a sua firme disposição de lutar pela libertação dos militares revolucionários presos, vítimas do golpe reaccionário de Novembro.

Os falsos democratas e os falsos socialistas desmascararam-se cada vez mais face à classe operária e ao povo justificando e dando cobertura

à repressão sangrenta contra as massas populares; este é o significado do comunicado demagógico do Governador Civil do Porto, o «socialista» Cal Brandão.

O novo Poder Político que se apelida a si próprio de «democrata» e «socialista» abriu o ano de 1976 justificando a repressão sobre o povo, sobre os milhares de manifestantes que junto a Custóias no Porto, exigiam a libertação dos mi-

litares revolucionários presos.

O M. E. S., sabendo que interpreta o sentimento da esmagadora maioria do povo português, dos anti-fascistas consequentes e dos revolucionários, **curva-se em memória dos que tombaram**, garantindo hoje como ontem, que os comunistas do M. E. S. se manterão na primeira linha da luta contra o poder burguês, erguendo na luta pelo Poder Popular e o Socialismo a resis-

tência popular que barrará o caminho ao fascismo.

A classe operária e o povo começam a compreender a verdadeira face deste novo poder reforçado pelo golpe militar reaccionário do 25 de Novembro: aumentos dos preços de bens de consumo de primeira necessidade, uma Imprensa amordaçada ou servil, prisões de revolucionários, assassinatos de manifestantes anti-fascistas, demagogia e

ameaças.

Mas as massas populares estão dispostas para a resistência!

Reorganizando as suas fileiras, as massas populares e os revolucionários, unindo-se e lutando impedirão que o fascismo consiga pôr as suas negras garras sobre a nossa Pátria. E este o enorme significado da combatividade demonstrada pelas massas populares nas manifestações destes últimos dias em Lisboa e no Por-

to.

Hoje é preciso mais do que nunca responder à violência burguesa com a força da nossa organização e da nossa unidade de classe!

E preciso unir as fileiras dos revolucionários, combatendo todas as posições hesitantes, conciliadoras e traidoras!

O M. E. S. apela à unidade revolucionária para a organização da resistência popular contra a reacção capitalista e o fascismo!

Custóias a verdade sobre os acontecimentos — fora da prisão...

● SECRETARIADO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO PORTO



Mais de uma dezena de milhares de pessoas homens, mulheres e crianças estiveram hoje em Custóias, pacificamente a manifestar a solidariedade aos presos antifascistas e marcar o repúdio pelo golpe de direita que se desenvolve no País, lançando nas fusões os militares progressistas e revolucionários.

Mas o golpe apoiado pelo VI Governo deu mais um passo na escalada repressiva

Hoje, pelas 18.30, os manifestantes eram numerosos ainda, homens, mulheres e crianças que continuavam presentes junto da prisão guardada por um aparato repressivo da G. N. R.

E os lacaios fascistas da G. N. R. reprimiram barbaramente. A iniciativa assassina verifica-se no momento em que a tropa, a cavalo começava a avançar contra a multidão e surgiram da parte de pessoas postadas do lado dos manifestantes algumas pedradas.

A multidão de mulheres, homens e crianças foi espezinhada pelas patas dos cavalos.

As rajadas de metralhadoras mataram e feriram.

As balas mataram 3 pessoas, outras ficaram feridas pelos tiros assassinos. Uma criança de 4 anos foi desventrada por uma rajada de G-3.

Em Lisboa, um aparato bélico ainda mais imponente dos Comandos da Amadora impediu a manifestação de milhares de populares.

A repressão continuou assim: acções de espancamento e morte. **Este foi o balanço do 1º dia deste ano de 1976!**

Esta é a repressão fascizante que mostra já as garras disparando à queima-roupa e a matar. Neste pano de fundo, a exploração aumenta, os preços sobem e cresce também o desemprego. Logo que os trabalhadores se levantam contra a burguesia, a ditadura fascizante, ameaça já a pronunciar-se por detrás das máscaras de um «socialismo em liberdade» ou da «democracia patronal».

Para enganar o povo também a mentira foi rapidamente propalada para encobrir a violência fascizante. A G. N. R. declarou ter respondido aos tiros vindos do exterior, falando também numa pretensa invasão da prisão. Mas o povo trabalhador, os milhares de manifestantes, sabem bem que nem um só tiro foi disparado pelos manifestantes e que nunca se tentou invadir a prisão.

Como é possível invadir uma cadeia fortemente armada, com crianças ao colo e pessoas indefesas?

A hipocrisia da informação oficial não pode esconder a verdade de um crime odioso.

Foi a G. N. R. quem tomou a iniciativa de metralhar os manifestantes indefesos quando o povo gritava o seu ódio ao VI Governo, chamando-o **ladrão dos trabalhadores**.

DOS MILITARES

crece o apoio popular

Portalegre:

Os trabalhadores abaixo assinados repudiam veementemente a prisão de todos os militares antifascistas presos, a quem o VI Governo pretende igualar a Pides, através da manipulação dos órgãos de Informação.

Os trabalhadores não se deixarão enganar, pois já sabem distinguir entre aqueles que com eles estão até às últimas consequências e os que pretendem com muito boas palavras continuar a sua exploração.

Já lá vai o tempo em que os trabalhadores eram sistematicamente enganados, pois não sabiam quem com eles lutava ombro a ombro.

Não cabe na cabeça de ninguém prender, expulsar e difamar, homens que se distinguiram de Pides como o dia da noite.

A revolução não se faz com a prisão de verdadeiros revolucionários.

Exigimos a imediata libertação de todos os militares antifascistas presos e o consequente retorno às suas unidades de origem, bem como aos postos que ocupavam.

Abaixo a manipulação dos órgãos de Informação!
Lutar, organizar, resistência popular!
Pela revolução socialista!

Aos camaradas revolucionários e antifascistas presos no 25 de Novembro.

Os trabalhadores, os revolucionários e antifascistas concentrados em frente à prisão-hospital de Caxias, na noite de fim-de-ano:

1 Saudam os camaradas presos e exigem a sua imediata libertação.

2 Reafirmam a sua disposição de continuar o combate contra o fascismo e o capitalismo até à vitória final dos explorados e oprimidos.

3 Os revolucionários, a classe operária e o povo reafirmam que não se deixarão enganar pela demagogia dos seus opressores.

Nós não deixamos que se confundam os que na prática estiveram ao nosso lado com os nossos inimigos, os fascistas, os lacaios do capital que o CONSELHO DA CONTRA-REVOLUÇÃO tem libertado.

Libertação e reintegração dos militares revolucionários presos!

Fascistas para a prisão!

Viva a revolução socialista!

Os trabalhadores e revolucionários presentes.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS
A LUTA CONTINUA



dentro da prisão

● DOCUMENTO DOS MILITARES PRESOS EM CUSTÓIAS

Os militares presos em Custóias na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, sentem-se no dever de fazer chegar ao conhecimento de V.ªs Ex.ªs aquilo de que foram testemunhas durante os trágicos acontecimentos verificados ontem dia 1 de Janeiro de 1976. Querem ao mesmo tempo manifestar o mais veemente protesto por toda a inexactidão que, de imediato, se fez sentir nos comunicados dimanados do Comando da Região Militar do Norte e do Governo Civil do Porto.

1 Pelas 17.15h. de ontem, dia 1 de Janeiro, após o período de visita dos familiares, os militares presos dirigiram-se para as respectivas celas que, como habitualmente, foram de imediato cerradas.

2 Pelas 18.30h., enquanto nas suas celas os militares presos ingeriam a 3.ª refeição, ouviram-se alguns estampidos logo seguidos de uma longa fuzilaria de rajadas que perdurou por cerca de vinte minutos.

3 Do exterior, após momentos em que os gritos sugeriam pânico e confusão, chegavam clamores de «assassinos» «assassinos».

4 Dos pavilhões vizinhos chega a informação de que teria morrido uma criança de quatro anos.

5 Ouve-se por toda a prisão, um enorme clamor.

6 Somos surpreendidos por vários presos de delito comum que nos abrem as celas.

7 Os militares presos, num dramático esforço supra-humano, acalmam-se mutuamente e aconselham-se a ficar nas celas.

8 Os militares presos permanecem no respetivo pavilhão e guardam vigilância na respectiva porta de entrada, com o fim de impedir o acesso de elementos estranhos.

9 No corredor para o qual dão acesso os pavilhões, regista-se um movimento descontrolado dos presos de delito comum.

10 Alguns dos mesmos transmitem emotivamente que uma criança ter-se-ia esvaído em sangue numa das dependências da prisão, após ter sido transportada do exterior para ali.

11 Face à perigosidade da situação decidem os militares presos que, alguns dos militares que se encontram fardados, tentem de algum modo acalmar os presos de delito comum.

12 Ao fundo do corredor, junto à portaria, constata-se a presença de elementos da G.N.R. armados.

13 O sentimento que caracterizava os presos de delito comum era de animosidade contra a referida força.

14 Os militares fardados empenham-se denodadamente em acalmar os presos comuns. Muito lentamente

tal esforço começa a traduzir resultados positivos.

15 Grande parte dos presos comuns começa a preencher os respectivos pavilhões continuando, no entanto, um grande movimento no corredor.

16 Quando a acalmia é evidente e a situação parece estar controlada, alguns guardas prisionais entram no corredor e ajudam a acalmar os presos comuns.

17 Alguns guardas prisionais agradecem a nossa actuação e dizem que nós salvámos a situação.

18 A situação normaliza por completo.

Os comunicados a seguir difundidos pelo **Comando da Região Militar do Norte** e do **Governo Civil do Porto** fazem completo silêncio sobre os acontecimentos no interior da prisão, ou melhor, referindo vagamente a sublevação no interior da prisão e **sugerindo capciosamente a nossa responsabilidade pela mesma**.

Por tudo isto são os militares presos em Custóias levados a crer como provável uma **premeditação e coordenação** no desenhado dos acontecimentos verificados no exterior e no interior desta prisão, tendo provavelmente os objectivos sido parcialmente conseguidos: a chacina impiedosa verificada sobre os manifestantes no exterior da prisão, não se seguiu aquilo que provavelmente seria também um objectivo a chacina dos militares presos.

REVOLUCIONÁRIOS PRESOS



25 Abril - 25 Novembro

19 MESES DE LUTA

A LUTA

1



1. O ano de 1975 ficará na história da luta de classes nos campos como o ano de arranque da **Reforma Agrária**. Com efeito, a combatividade e a capacidade de luta e de organização do proletariado rural das zonas do sul do País onde dominava a grande propriedade latifundiária permitiram que durante este ano acontecesse aquilo que poucos ousaram prever com segurança no seu início: a Reforma Agrária tornou-se de ambição e projecto dos explorados e oprimidos em realidade bem viva e num dos elementos mais importantes do processo revolucionário português.

Ao começar o ano de 1975 ainda não havia sido arrancada às mãos dos agrários qualquer porção significativa de terra; no termo deste duro e acidentado ano a terra dos latifundiários e da grande burguesia agrária dos distritos do Alentejo estava conquistada, pode-se dizer na sua totalidade, pelos **assalariados agrícolas**. O **movimento de ocupação** começou logo no início do ano e continuou com intensidade sempre crescente até os latifundiários e a grande burguesia agrária terem sido varridos enquanto classes daquelas zonas.

Como resultado da tremenda capacidade de luta do proletariado rural alentejano e da solidariedade que o proletariado urbano lhe soube dar, sai em 29 de

Julho o decreto-lei que fixa as normas de expropriação dos prédios rústicos, o qual constitui, sem dúvida, a mais importante disposição legal no domínio da Reforma Agrária.

Foi durante este ano, também, que entraram em funcionamento dos Centros Regionais da Re-

lectivas. Ao definir a sua proposta para a Reforma Agrária, em texto publicado em meados do ano nas colunas deste jornal, o MES tomou posição favorável às Cooperativas Agrícolas e alertou para os perigos da formação de herdades do Estado, as quais só constituíam solução correcta em limitado número de casos precisos. Verifica-se hoje que, com excepção do distrito de Beja, (onde se adoptaram unidades colectivas por freguesia) as cooperativas de pro-

dução representam a forma adoptada na esmagadora maioria dos casos para as novas unidades de produção. Isto não significa, porém, que as cooperativas se tenham constituído sempre em termos correctos e viáveis. Antes sucede que a diversidade de situações é muito elevada e que em número apreciável de casos se depara com cooperativas que carecem de ser remodeladas sob pena de não servirem os interesses dos trabalhadores.



2



2. A consciência de que a Reforma Agrária representa um dos passos mais importantes no caminho para o socialismo e que, consequentemente, interessa a todos os explorados e oprimidos e não apenas aos trabalhadores rurais, foi sendo progressivamente ganho por largos secto-

res de trabalhadores urbanos e sobretudo do proletariado industrial ao longo deste ano. **Surgiram assim as primeiras experiências e tentativas de quebrar o isolamento cidade/campo por iniciativa e por obra dos próprios trabalhadores.** O exemplo mais importante no que respeita aos

factores de produção do trabalho dos trabalhadores da CUF que, em momento crucial do processo da Reforma Agrária, atendendo ao atraso da distribuição dos adubos, deliberaram colocá-los directamente em melhores condições do que as praticadas no mercado nas terras ocupadas por trabalhadores rurais. Relativamente à colocação

dos produtos da agricultura na cidade, podem citar-se vários exemplos de comissões de moradores, sobretudo de Lisboa e Setúbal, que entraram em contacto directo com cooperativas agrícolas a fim de assegurar a venda de produtos da agricultura aos trabalhadores da cidade sem a intermediação dos intermediários.

3



3. Se o avanço da Reforma Agrária nas zonas do sul do País constitui inegavelmente um dos aspectos mais importantes que o processo revolucionário conheceu no ano de 1975, há que reconhecer que nas restantes zonas do País, naquelas onde predominam os camponeses pobres que vivem da agricultura primitiva, a luta de classes se revistiu de aspectos marcadamente negativos. Na verdade, o campesinato pobre não foi ganho para o processo revolucionário, antes dele se manteve alheado ou se alheou, tendo constituído importante base de apoio social para as forças políticas reacţionárias. **Porquê?** Não certamente por estes trabalhadores serem por natureza contra a transformação revolucionária da sociedade. Na verdade, que podem eles receber do capitalismo e sobretudo de um capitalismo atrasado e dependente com o nosso senão incerteza, miséria, expulsão para a cidade ou para o estrangeiro? Mas, em contrapartida, o que ga-

nharam eles com o processo revolucionário aberto no 25 de Abril? **Feito o balanço, pode-se afirmar que quase nada.**

A Lei do Arrendamento Rural, publicada em 15 de Abril de 1975, poderia ter constituído um elemento extremamente positivo para o longo contingente de camponeses pobres sem terra, dado o seu carácter avançado, se tivesse havido força e determinação suficientes para vencer o boicote que lhe fizeram os caciques e os elementos reacţionários em geral e ter conseguido aplicá-la em toda a sua extensão.

O Crédito Agrícola de Emergência teria representado outra medida de largo alcance se tivesse sido acompanhada de outras medidas — como, por exemplo, a liquidação das dívidas do Estado à lavoura, cujo pagamento devia ter sido feito preferencialmente e exclusivamente aos pequenos e médios agricultores — e se tivesse havido capacidade e força suficientes para criar as condições que levavam à sua correcta utilização.

NOS CAMPOS

A Campanha do milho (aumento de preço e garantia de compra) representam incontestavelmente uma importante medida, embora pese a ausência de apoio técnico que impediu que desse todos os seus frutos, e apontar o caminho para o tipo de medidas que deviam ter sido adoptadas largamente e de acordo com um plano coerente.

Os problemas básicos do campesinato pobre não foram enfrentados e

estão por resolver. Não foram fixados preços compensadores para os produtos, não foi garantido o escoamento total da produção, não se impediu o aumento do preço dos adubos, insecticidas, sementes etc. Além disso, nenhum ataque foi movido contra os intermediários e os caciques em geral, tendo-lhes sido deixado todo o espaço para manter e até reforçar a exploração e o domínio ideológico e político em relação aos agricultores pobres.

te os Conselhos de Aldeia, dar a estes órgãos o papel central na transformação da maneira de viver e de produzir no campo, fazer deles o elemento de ligação entre os assalariados agrícolas e os camponeses pobres, ligá-los aos órgãos de poder popular dos trabalhadores da cidade (Comissões de Trabalhadores das Fábricas e Empresas para efeitos de canalizar para o campo os produtos da fábrica necessários à produção agrícola e à vida no cam-

des no bloqueamento da aliança operário-camponesa.

A não realização desta aliança de classes representou um sério obstáculo ao avanço do processo revolucionário e contribuiu para a recuperação conseguida pelas forças burguesas e que se traduziu na formação do VI Governo e no golpe reaccionário de 25 de Novembro.

O facto de o campesinato pobre se achar alheado do processo revolucionário e estar até

Erguer por toda a parte os Conselhos de Aldeia, dar a estes órgãos o papel central na transformação da maneira de viver e de produzir no campo, fazer deles o elemento de ligação entre os assalariados agrícolas e os camponeses pobres, ligá-los aos órgãos de poder popular dos trabalhadores da cidade.

Foi esta a perspectiva que o MES sempre defendeu, foi este o sentido que sempre norteou a nossa acção militante. Mas foi contra isto que, como é lógico, as forças ao serviço do capital combateram incarnaçadamente.

4



4. A aliança entre o campesinato pobre e o proletariado, questão de decisiva importância para avançar para o socialismo, não se tornou realidade até ao 25 de Novembro e encontra-se em fase de manifesto atraso. Deram-se incontestavelmente passos significativos no caminho para a unidade entre o proletariado urbano e rural, mas em nada se avançou para construir a aliança entre a classe operária e o campesinato. Mesmo no que respeita às relações entre campones-

ses pobres e assalariados agrícolas, há que reconhecer que, na maioria dos casos, em lugar de se ter registado aproximação se cavaram antagonismos e barreiras que seria possível evitar e era fundamental tê-lo feito.

Só a via da construção do Poder Popular teria o poder necessário para levar à prática a integração do campesinato pobre no processo revolucionário, tornando realidade a aliança desta classe com o proletariado. Erguer por toda a par-

te os Conselhos de Aldeia, dar a estes órgãos o papel central na transformação da maneira de viver e de produzir no campo, fazer deles o elemento de ligação entre os assalariados agrícolas e os camponeses pobres, ligá-los aos órgãos de poder popular dos trabalhadores da cidade (Comissões de Trabalhadores das Fábricas e Empresas para efeitos de canalizar para o campo os produtos da fábrica necessários à produção agrícola e à vida no cam-

po, comissões de Moradores como processo de trazer aos trabalhadores da cidade os bens de consumo produzidos pelos trabalhadores do campo) era caminho, o único caminho, para forjar uma forte e actuante aliança operário-camponesa.

Foi esta a perspectiva que o MES sempre defendeu, foi este o sentido que sempre norteou a nossa acção militante. Mas foi contra isto que, como é lógico, as forças ao serviço do capital combateram incarnaçadamente. Contra esta linha de acção igualmente combateu, e também como é lógico, o PCP, fazendo-o por forma subtil ou frontal consoante as situações e as ocasiões, e deste modo assumindo pesadas responsabilida-

a ser instrumentalizado contra este não constituiria todavia obstáculo impeditivo para que o processo conhecesse um salto em frente, representado não ainda pela Revolução socialista, porque para isso sim não estavam reunidas as condições, mas pela constituição de um poder revolucionário de transição.

A constituição deste poder constituía, aliás, o único caminho viável para solucionar os problemas mais prementes do campesinato pobre e

abrir espaço para o rápido desenvolvimento do Poder Popular nos campos, o que significaria criar as condições para tornar realidade a aliança operário-camponesa.

5



5. O golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro começa a produzir os seus primeiros, e ainda ténues efeitos, no que respeita à Reforma Agrária. A demissão dos directores e subdirectores dos Centros Regionais de Reforma Agrária, ainda não concretizada mas já decidida, será o primeiro passo. Seguir-se-á certamente a dissolução dos centros ou o esvaziamento do seu carácter revolucionário. Após isso, ou paralelamente a isso, o VI Governo irá investir contra as conquistas dos trabalhadores rurais, não obviamente com o objectivo de aniquilar por completo a Reforma Agrária, o que seria inconveniente para a reconstrução do

mais fortes são de natureza económica: corte de créditos, boicote ao escoamento da produção, etc mas as dificuldades com que irá deparar são tremendas: o proletariado rural saberá lutar com a força que têm aqueles que foram capazes de conquistar a sua condição de homens livres.

E qual é a capacidade da burguesia para manter sob o seu domínio o campesinato pobre? Para o conseguir terá que resolver os problemas fundamentais desta classe e isso não estará ao seu alcance. À custa da experiência os camponeses pobres aprenderão que o seu inimigo é o capitalismo e hão-de compreender a necessidade de se



capitalismo em Portugal, mas sim no propósito de retirar à Reforma Agrária alcance revolucionário e integrá-la na boa ordem capitalista que se pretende instaurar. A burguesia dispõe de importantes armas para levar por diante este projecto e as

aliar aos seus irmãos operários para com eles e sob a sua direcção lutarem pela Revolução Socialista, a qual unicamente porá termo à vida de miséria e de degradação humana a que cada vez mais intensamente estão sujeitos.

O movimento popular face à política antioperária da clique militar dominante

face ao aumento do custo de vida é necessário dizer **ALTO!**
nas fábricas e nas empresas, nos campos e nas ruas
é preciso organizar a resposta operária e popular

O golpe reaccionário da direita militar de 25 de Novembro permitiu a consolidação da política de salvação do capitalismo e de submissão ao

em política, presa fácil nas mãos dos políticos burgueses que é Pinheiro de Azevedo.

A política económica antioperária, a política

das colónias passam à repressão sobre o Povo português aplaudidos pelos políticos que saúdam o primeiro «conjunto coerente

os trabalhadores tentando intimidar, quebrar a determinação que nos é necessária para a luta; a venda da nossa Pátria aos interesses imperialis-

que, afinal tudo produzem, os trabalhadores.

O que devemos fazer?

Face à ofensiva repressiva da burguesia, face ao avanço da política antioperária e antipopular do Governo só existe um caminho — o da luta, o da resistência popular!

Face ao aumento do custo de vida, do congelamento dos salários, é necessário dizer **ALTO!** nas fábricas e nas empresas, nos campos e nas ruas é preciso organizar a resposta operária e popular, é preciso lutar para defender os salários conquistados em longos meses de dura luta, é preciso organizar essa resposta a partir dos órgãos de poder popular, das comissões de trabalhadores e de moradores e dos sindicatos, erguendo um dique por onde não possa passar a política reaccionária em marcha.

Face às medidas das forças fascistas, face à

escalada repressiva é necessário dizer **ALTO!**

Aqueles que querem minar a determinação popular é necessário responder cerrando fileiras! Redobrando a luta pela libertação dos militares revolucionários presos! Fortalece do a luta democrática! A luta antifascista e anticapitalista!

O movimento popular, as forças revolucionárias saberão responder à burguesia.

A classe operária, na vanguarda do povo, não permitirá o avanço da política antipopular da direita militar e das forças que a apoiam. As grandes mobilizações do princípio do ano e as que estão em marcha marcarão o reatar da luta sem tréguas contra o fascismo e o capitalismo, a organização da resistência popular que permitirá relançar a ofensiva proletária até à vitória final.

As conquistas revolucionárias dos trabalhadores, a melhoria das condições de trabalho e de vida começam a ser atacadas em força: a alimentação, os transportes, todos os bens essenciais sofrem aumentos descarados de preços; a repressão abate-se sobre os trabalhadores tentando intimidar, quebrar a determinação que nos é necessária para a luta; a venda da nossa Pátria aos interesses imperialistas continua em bom ritmo; os salários são congelados

O que devemos fazer? Face à ofensiva repressiva da burguesia repressiva da burguesia, face ao avanço político antioperário e antipopular do Governo só existe um caminho — o da luta, o da resistência popular!

imperialismo anunciada com a formação e prática, na maior parte frustrada antes do 25 de Novembro, do VI Governo Provisório.

Abrindo as portas à formação de um exército profissional repressivo as célebres Forças Armadas Portuguesas «apartidárias», isto é, as Forças Armadas que não estão ao serviço de um partido da burguesia em particular, mas de todos os partidos da burguesia em geral, ao serviço da exploração e da opressão sobre o povo trabalhador o golpe reaccionário de 25 de Novembro veio dar força à até aí abortada e inconsequente política antipopular do Conselho da Contra-Revolução e do governo desse militar direitista, aprendiz de feiticeiro

de repressão sobre o Povo, o movimento operário e os revolucionários começam assim a ser aplicadas. Para quem tivessem dúvidas acerca do que se passou no 25 de Novembro, para quem tivesse acreditado nas patranhas, nas mentiras da versão oficial do pretensão «golpe de extrema-esquerda», a cara de explorador e opressor que o poder político-militar está a mostrar às massas começa a mostrar o logro em que caíram.

Os aumentos escandalosos de preços e as provocações repressivas de Caxias e Custóias em que as novas forças repressivas constituídas pela velha GNR (que nunca mudou ao longo de 19 meses) e os «novos» comandos que da repressão aos povos

junto coerente de medidas depolíticas económicas do Governo» e mal disfarçadas pelos desageitados, e ainda mais provocatórios para a classe operária e o Povo, comunicados do chefe do Estado-Maior do Exército e do comandante da Região Militar Norte, respectivamente, aí estão para alertar os trabalhadores para a necessidade da luta, da resistência popular à ameaça fascista e à ofensiva repressiva da burguesia.

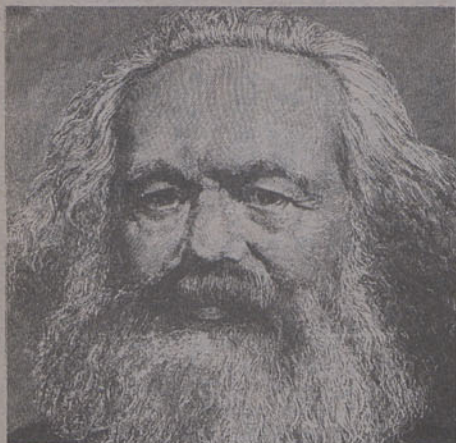
As conquistas revolucionárias dos trabalhadores, a melhoria das condições de trabalho e de vida começam a ser atacadas em força: a alimentação, os transportes, todos os bens essenciais sofrem aumentos descarados de preços; a repressão abate-se sobre

tas continua em bom ritmo; os salários são congelados.

O que é que as forças reaccionárias e burguesas pretendem? **Baixando os salários e aumentando os preços quem é que beneficia se não a burguesia, os exploradores do povo trabalhador?** Vendendo o País ao imperialismo, empenhando o ouro do Banco de Portugal, pedindo empréstado ao capitalismo internacional quem é que vai pagar tudo isso senão o povo trabalhador? **De onde sairão os juros dos empréstimos que agora entram senão do suor e do esforço ainda maior da classe operária?**

O que a burguesia pretende é muito simples: resolver a crise económica fazendo a pagar com a fome e a miséria dos





SALÁRIO PREÇO e LUCRO

(...) Se ao valor de uma mercadoria descontarmos a parte destinada a repor o das matérias-primas e outros meios de produção empregados, isto é, descontarmos o valor que representa o trabalho passado nela investido, o valor restante reduzir-se-á à quantidade de trabalho acrescentada pelo operário ultimamente empregado. Se o operário labora doze horas por dia que se cristalizam numa soma de ouro representada por seis xelins, estes serão o único valor criado pelo seu trabalho. Este valor, determinado pelo seu tempo de trabalho, é o único fundo do qual tanto ele como o capitalista têm de tirar a sua respectiva parte ou dividendo, o único valor a ser dividido entre salários e lucros. É evidente que este valor não será alterado pelas proporções variáveis em que possa dividir-se entre ambas as partes. Tão-pouco haverá alteração se, em vez de um operário isolado pusermos toda a população trabalhadora, e em vez de uma só jornada doze milhões de jornadas, por exemplo.

Como o capitalista e o operário só podem repartir entre si este valor que é limitado, isto é, o valor medido pelo trabalho total do operário, quanto mais receba um deles, menos receberá o outro e reciprocamente. Partindo duma dada quantidade, uma das partes aumentará sempre na mesma proporção em que a outra diminui. Se os salários se modificam, modificar-se-ão em sentido oposto ao lucro. Se baixam, subirão os lucros; se sobem, baixarão os lucros. Mas todas estas variações não influem no valor da mercadoria. Portanto um aumento geral de salários determinaria uma diminuição da taxa geral de lucro, mas não afectaria os valores (preços da mercadoria).

No entanto, embora os valores das mercadorias, — que em última análise não de regular os seus preços no mercado —, se-

jam determinados exclusivamente pela quantidade total de trabalho nelas investido e não pela divisão desta quantidade de trabalho em remunerado e não remunerado, não se pode concluir daqui, tão-pouco, que os valores das mercadorias fabricadas por exemplo em doze horas, sejam sempre os mesmos. O número ou montante das mercadorias fabricadas num determinado tempo de trabalho, ou mediante uma determinada quantidade deste, depende da força produtiva do trabalho desenvolvido, e não da sua extensão ou duração. Com um determinado grau de força produtiva do trabalho de fiação, por exemplo, poderá produzir-se uma dúzia de libras de fio numa jornada de doze horas; com um grau mais baixo de força produtiva produzir-se-á somente duas. Portanto, em média, aquelas doze horas de trabalho materializam-se num valor de seis xelins, no primeiro caso, a dúzia de libras de fio importará naqueles seis xelins, o mesmo que, no segundo caso, custariam as duas libras. Quer dizer que no primeiro caso a libra de fio ficará por seis dinheiros e no segundo por três xelins. Estes diferentes preços resultariam da diversidade existente entre as forças produtivas do trabalho empregado. Com maior força produtiva, uma hora de trabalho materializar-se-ia numa libra de fio, enquanto que com menor, numa libra de fio materializavam-se seis horas. No primeiro caso o preço da libra de fio não excederia seis dinheiros — mesmo que os salários fossem relativamente altos e a taxa de lucro elevada. E sucederia assim porque o preço da libra de fio é determinado pelo total do trabalho que encerra e não pela proporção em que este total se divide em trabalho remunerado e não remunerado. O facto anteriormente apontado por mim de que um trabalho bem retribuído pode produzir mercadorias baratas e um tra-

balho mal remunerado mercadorias caras, com isto perde a sua aparência paradoxal. Mas ele não é mais do que a expressão da lei geral de que o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade do trabalho nele investido e de que essa quantidade de trabalho depende inteiramente da sua força produtiva, variando, portanto, com a variação da produtividade do trabalho.

(...) Vimos que o valor da força de trabalho, ou, em termos mais populares, o valor do trabalho, é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade ou pela quantidade de trabalho indispensável à sua produção. Por conseguinte, se num determinado país o valor dos artigos de primeira necessidade que, em média, consome diariamente um operário, representa seis horas de trabalho, expressas em três xelins, este operário terá que trabalhar essas horas para produzir o equivalente do seu sustento em cada dia. Se a jornada de trabalho for de doze horas, o capitalismo pagar-lhe-á o valor do seu trabalho entregando-lhe três xelins. Meta-de da jornada não será remunerada e, portanto, a taxa de lucro atingirá os cem por cento. Mas suponhamos que, em consequência de uma diminuição de produtividade, haja necessidade de mais trabalho para o produzir a mesma quantidade de artigos agrícolas que antes, com o que a média do preço dos artigos de primeira necessidade indispensáveis em cada dia subirá de três para quatro xelins. Neste caso o valor do trabalho aumentaria um terço, ou seja 33 1/3 por cento. Para produzir o equivalente do sustento diário do trabalhador dentro do nível de vida anterior, seriam necessárias oito horas na jornada de laboração. Portanto o sobretrabalho baixaria de seis para quatro horas e a taxa de lucro reduzir-se-ia de cem para cinquenta por cento. O ope-

rário que nestas condições pedisse aumento de salário limitar-se-ia a exigir que lhe desse o valor do seu trabalho aumentado, como qualquer outro vendedor de uma mercadoria que, quando aumenta o seu custo de produção procura que lhe paguem esse aumento. E se os salários não sobem ou não sobem na proporção suficiente para compensar o aumento no valor dos artigos de primeira necessidade, o preço do trabalho descerá abaixo do seu valor e será pior o nível de vida do operário.

Mas também pode operar-se uma mudança em sentido contrário. Pode acontecer que ao elevar-se a produtividade do trabalho a quantidade média de artigos de primeira necessidade de consumidos num dia baixe de três para dois xelins, ou que, em vez de seis horas na jornada de trabalho, bastem quatro para produzir o equivalente do valor desses artigos, o que permitirá ao operário comprar por dois xelins, exactamente os mesmos artigos de primeira necessidade que antes lhe custavam três. Na realidade diminuirá o valor do trabalho, mas diminuindo este valor diminuirá da mesma quantidade de mercadorias que antes. O lucro subiria de três para quatro xelins e a taxa de lucro de cem para duzentos por cento. E ainda que o nível de vida absoluto do trabalhador continuasse a ser o mesmo, o seu salário relativo e, portanto, a sua posição social relativa, comparada com a do capitalista, teria baixado. Opondo-se a esta redução relativa do seu salário, o trabalhador não faria mais do que lutar para obter uma parte das forças produtivas aumentadas do seu próprio trabalho e manter a sua antiga posição na escala social.

(...) Até aqui partimos da suposição que a jornada de trabalho tem dados limites. Mas na realidade e em si mesma essa jornada não tem limites constantes.

Ao vender a sua força de

trabalho, uma vez que não tem outro remédio senão fazê-lo no regime actual, o operário cede ao capitalista o direito de usar esta força, porém dentro de certos limites razoáveis.

Ao esforçarem-se por reduzir a jornada de trabalho à sua antiga duração razoável, ou, onde não podem conseguir uma fixação legal da jornada normal de trabalho, para contrabalançar esta sobrecarga com um aumento de salários aumento que não basta que esteja em proporção com o tempo adicional que lhes é extorquido mas que deve estar em proporção maior, os operários não fazem mais do que cumprir um dever para com eles e para com a sua raça. Limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo em que se desenvolve o homem. Aquele que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, prescindindo das interrupções puramente físicas do sono, refeições, etc., está toda absorvida pelo trabalho para o capitalista, é, todavia, menos que uma besta de carga. Fisicamente destruído e espiritualmente embrutecido, é uma simples máquina para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da indústria moderna demonstra que o capital lutará sempre, se não se lhe põe um freio, implacável e sem contemplação, para conduzir toda a classe operária a esse nível da mais baixa degradação.

(...) Depois de demonstrar que a resistência periódica oposta pelos operários à redução dos seus salários e as suas tentativas para conseguirem o seu aumento são fenómenos inseparáveis do sistema salarial e respondem precisamente ao facto de o trabalho se encontrar equipado às mercadorias e portanto, submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços; e tendo demonstrado ainda que um aumento geral de salários se traduziria na

diminuição da taxa geral de lucro, sem afectar, porém, as médias dos preços das mercadorias nem os seus valores,

creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do nível dos salários são episódios inseparáveis de todo o sistema salarial; que em noventa e nove por cento dos casos os seus esforços para a sua elevação se destinam a manter de pé dado valor do trabalho e que a necessidade de disputar com o capitalista a questão do seu preço é inerente à situação do operário, que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se nos seus conflitos diários com o capital cedessem cobardemente, desclassificariam-se iam, sem dúvida para empreender movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, abstractando por completo da escravização geral que implica o sistema de salários, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer que luta contra os efeitos, mas não contra as causas destes efeitos; que o que faz é conter o movimento descendente, mas não mudar a sua direcção; que aplica paleativos mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, entregar-se exclusivamente a este inevitável clima de guerrilhas continuamente provocado pelos incessantes abusos do capital ou pelas flutuações do mercado. Deve compreender que o sistema actual, mesmo com todas as misérias que inflige, contém simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para a reconstrução económica da sociedade. Em vez do lema conservador «um salário justo por uma justa jornada de trabalho», deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: «abolição do sistema de trabalho assalariado».

K. MARX (Junho de 1865)

documento de Custóias

AO POVO PORTUGUÊS

1. INTRODUÇÃO

Passaram já algumas semanas sobre os acontecimentos do 25 de Novembro, sem que até ao momento os órgãos responsáveis do país tenham informado o povo português sobre o que verdadeiramente aconteceu. Tal facto tem permitido manipular à vontade a opinião pública e manter, prepotentemente, detidos mais de uma centena de militares e civis. Assim decidiram os militares e civis progressistas detidos-sequestrados em Custóias dirigir-se ao povo português, pois só perante ele se sentem responsáveis e só a ele têm o dever de prestar contas.

2. CAUSAS REMOTAS

(...) Assim e tomando como início da descrição a Assembleia do M. F. A. de Tancos de 7 de Setembro, assiste-se ao afastamento do C. R. de alguns oficiais conhecidos pelas suas posições de esquerda.

A nível civil, forma-se o VI Governo Provisório e também se assiste a uma série de medidas que culminam com a suspensão de 19/20 Nov. do Governo, auto-suspensão num claro convite às forças de direita para fazerem um golpe de Estado e, além disso, uma descarada chantagem sobre o C. R. que se realizaria a 20. Mas para se compreender melhor, os preparativos que as forças da reacção faziam, tem de referir-se o seguinte:

a) **Meados de Outubro** — denúncia da existência de uma tentativa da direita se apoderar do Poder através do chamado «Plano dos Coronéis». É de notar que quase todos os seus objectivos estão actualmente conseguidos.

b) **20. Out.** — Denúncia de um golpe semelhante ao 11 de Março, a coberto de umas manobras militares, que se realizariam de 7 a 9 Nov. Estas manobras foram adiadas pelo Copcon a 30 de Outubro.

c) **18 Nov.** — Tentativa de golpe de direita mais uma vez denunciada.

Destes factos se prova que quem tinha actividades sediciosas e quem preparava o golpe de Estado eram as forças de direita.

3. CAUSAS PROXIMAS

3.1 — Problema dos Pará-Quedistas

A) **7/ 8 de Nov.** — O Conselho da Revolução ordena a destruição da Rádio Renascença onde participam forças pára-quadistas. Poucas horas depois, os próprios militares que desencadearam esta operação, os «páras», principiaram a contestá-la e repudiam o oficial que os comandou.

B) **8 de Nov.** — Plenário de Sargentos e Praças em BETP, Tancos, onde se condena a destruição da R.R., a presença dos «páras» no AMI e se exige o regresso a Tancos dessas tropas.

C) Na BETP há uma marcação de reunião para tentativa de justificação por parte do general Morais e Silva da destruição da R.R., que não se efectua porque já estava esclarecido, como se dizia em Tancos. Após esta tentativa de justificação, há a saída de 123 oficiais de Tancos, numa clara manifestação de indisciplina e rebelião que é apoiada pelo general Morais e Silva, facultando assim as medidas administrativas tomadas a seguir, para camuflar esta atitude.

A partir desta altura, assiste-se a um **amplo movimento de solidariedade**, generalizado a militares e civis com a luta dos «páras» em Tancos.

D) **19 de NOV.** Como resposta a este apoio, o general Morais e Silva desactiva o BETP, envia para a disponibilidade e de licença registada os milicianos e as praças e o regresso às armas de

origem dos oficiais e sargentos dos «páras».

Portanto, é no contexto de grave crise política que o país atravessa, que os «páras» de Tancos com a Unidade desactivada, numa situação militar particular, esperaram que o Conselho da Revolução resolvesse ou a 20 ou a 24 de Novembro, com justiça, o seu problema.

3.2 Problema Comando RML

A) **20 de NOV.** Nomeação pelo CR do capitão Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa. Assiste-se imediatamente, por parte da maioria dos comandos e oficiais, sargentos e praças a uma recusa desta nomeação.

B) **21 de NOV.** Declaração do capitão Vasco Lourenço, referindo que não admitiria sob o seu comando os oficiais que se pronunciaram contra.

C) **22 de NOV.** O Presidente da República marca reunião do CR para 24 tendo em conta a reacção negativa que provocou esta nomeação.

D) **22 de NOV.** Pelas mesmas razões, as unidades de Lisboa entraram de prevenção rigorosa.

3.3 Acontecimentos em 24 de Novembro de 1975

No clima de tensão militar que se vivia em Lisboa e Tancos e no clima de tensão política, agravada com a autosuspensão do VI GP, desenvolveram-se acontecimentos no dia 24 de Novembro que por si, mesmo isolados, teriam grande significado, tais como:

- Ataques armados a Cooperativas alentejanas
- Explosão do Emissor Regional de Chaves



- Barricadas selvagens na zona de Rio Maior
- Ameaças de corte de electricidade, água e abastecimentos a Lisboa.(...)

3.4 Decisões do CR de 24 de Novembro de 1975

Sobre os paraquedistas nem sequer se pronunciou, adiando mais uma vez a sua resolução.

Sobre o comando da RML, manteve a nomeação tão contestada do capitão Vasco Lourenço.

Foram estas decisões, que poderemos considerar que funcionaram como detonadores do 25 de Nov. de 75.

4. ACONTECIMENTOS DE 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Como viram que, mais uma vez, os seus problemas não foram resolvidos, os paraquedistas decidiram tomar algumas Bases Aéreas e Regiões Aéreas, com o objectivo, puramente circunscrito ao âmbito da Força Aérea, de pedir o afastamento do chefe do Estado Maior e dos três conselheiros, que eles responsabilizavam pelas medidas injustas que os atingiam.

Estes foram, de facto os únicos acontecimentos do 25 de Nov. que nada têm a ver com um golpe de Estado.

Entretanto há a convocação de um CR extraordinário, há o estabelecimento do estado de sítio na RML, há a passagem das programações da EN e RTP para o Norte, há a saída dos Comandos para ocupar a Região Aérea em Monsanto, há o ataque injustificado e desenfreado dos Comandos à PM há saída da EPC de Santarém e do RC de Estremoz, tudo isto revelando um plano perfeitamente concertado e um comando militar centralizado que dificilmente se pode crer que seja improvisado em tão curto espaço de tempo.

Há a seguir as prisões arbitrárias e traiçoeiras de militares, realizadas na Força Aérea na base de «listas» existente há muito, pois chamaram-se os nomes de militares (para serem presos) que já estavam na disponibilidade há 3 meses e outros eram procurados em unidades onde já não prestavam serviço. (...)

5. INTERPRETAÇÃO

a) **Existia, por parte das forças progressistas, um comando militar centralizado e um plano de operações?**

O próprio desenrolar dos acontecimentos se encarregou de provar que não!

b) **Existia uma plataforma política?**

Pelo contrário, andavam a realizar-se reuniões entre as três tendências do MFA com o objectivo de se chegar a uma plataforma política comum!

c) **Existia um projecto de novo Governo?**

Não, o que é tanto mais de admirar, já que o VI GP estava auto-suspensão.

6. CONCLUSÕES

Se não houve «golpe», porque é que nos encontramos detidos e nestas condições?

Nunca nos foi dada nenhuma resposta concreta!

Segundo nós, e com os escassos (quase nulos) meios de informação de que dispomos, tudo nos leva a crer que os órgãos do poder nos querem obrigar a desempenhar o papel de «bode espiatório» para a sua política antipopular e para a sua intenção de saneamentos dos elementos progressistas das FA's. Por outro lado, levando em conta não só a pressa como a insistência com que alguns órgãos de comunicação social e também comunicados oficiais nos apelidam de «contra-revolucionários», é também, pensamos nós, com a intenção de nos usarem como «moeda de troca» para a libertação dos assassinos da PIDE/DGS, dos reaccionários implicados no 28 de Set/74 e 11 de Março/75 e dos terroristas do ELP.

Estas, talvez as razões profundas do nosso isolamento e incomunicabilidade e também a razão da não divulgação, por parte dos órgãos do poder, da verdade sobre o 25 de Novembro.

Mas, por outro lado, é precisamente o esclarecimento dessa VERDADE ao Povo Português, que nos levou a escrever este comunicado.

Muitas outras informações e com maior profundidade serão reveladas quando as nossas condições forem alteradas.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA E AS MASSAS TRABALHADORAS SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Militares e Civis Progressistas Detidos/Sequestrados em Custóias

Custóias, 20 de Dezembro de 1975